

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)  
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas  
(63) 3232-8067 | (63) 3232-8238 | socs@uft.edu.br



**RESOLUÇÃO N.º 14 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015**

Dispõe sobre a alteração da Resolução n.º 07/2015, que dispõe sobre o Regimento Geral do Sistema de bibliotecas (SISBIB) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins, reunido em sessão ordinária realizada no dia 04 de setembro de 2015, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** O *caput* do art. 7º do Regimento Geral do Sistema de Bibliotecas (SISBIB) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (Resolução n.º 07/2015) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º. São considerados usuários regulares: os docentes, técnico-administrativos, discentes dos cursos de graduação, de pós-graduação *stricto sensu*, residentes, preceptores e professores convidados.”

**Art. 2º** A referida normativa passa a vigorar com o acréscimo dos seguintes anexos:

- I – Anexo III: Termo de Confissão de Dívida;
- II – Anexo IV: Termo Circunstanciado Administrativo.

**Art. 3º** Os demais dispositivos permanecem inalterados.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SILVEIRA  
Reitor

*emc.*



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**VICE-REITORIA**  
**SISTEMA DE BIBLIOTECAS - SISBIB**

**ANEXO III – DA RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 07/2015**

**TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA**

**IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES**

**DEVEDOR** – Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF \_\_\_\_\_, e do RG \_\_\_\_\_, Matrícula \_\_\_\_\_, Telefone \_\_\_\_\_, residente e domiciliado no endereço \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_.

**CREDOR:** Universidade Federal do Tocantins, Sistema de Bibliotecas, Sisbib, Vice-Reitoria. Avenida NS 15, Quadra 109 Norte Plano Diretor Norte, Térreo da biblioteca, sala 03. CEP: 77001-090, Palmas, Tocantins.

*As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Termo de Confissão de Dívida, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.*

**DO OBJETO DO TERMO**

**Cláusula 1ª.** O **DEVEDOR** através do presente reconhece expressamente que possui uma dívida a ser paga diretamente ao **CREDOR**. O **DEVEDOR** confessa que é inadimplente e que ressarcirá a mesma nas condições previstas neste termo no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da data da assinatura.

**DO CRÉDITO**

**Cláusula 2ª.** O crédito que o **CREDOR** possui contra o **DEVEDOR** é originário do extravio ou dano ao material cometido (extraviado, perda, rasuras, anotações, ausência de páginas, material molhado, etc.) a obra do acervo patrimonial desta Universidade, que foi repassada ao **CREDOR** por meio de empréstimo.

**Cláusula 3ª.** A quitação da dívida se dará por meio de pagamento de multa e reposição do mesmo título. Estando esgotado o título o bibliotecário indicará outro para substituição na mesma área de conhecimento. O usuário deverá repor o livro no prazo de 30 dias e o livro permanecerá emprestado.

**Cláusula 4ª.** Após a assinatura do termo será efetuada a baixa do empréstimo, suspensa a multa e o **CREDOR** será bloqueado no sistema sendo impedido de realizar empréstimos até a quitação da dívida, terá ainda em seu histórico no sistema uma mensagem informando o ocorrido.

## DO VALOR DO PAGAMENTO

**Cláusula 5ª.** O pagamento supracitado é composto pelo valor da multa, contada da data do fim do empréstimo até a assinatura do presente termo acrescido do valor da obra a ser adquirida e entregue à esta a Biblioteca do Câmpus a qual o usuário estiver vinculado no prazo de 30 dias. O **DEVEDOR** renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida. A confissão de dívida constante deste instrumento é definitiva e irretratável, não implicando, de modo algum, renovação ou transação e vigorará imediatamente.

**Cláusula 6ª.** Após a assinatura do presente Termo, não havendo quitação da dívida por parte do **DEVEDOR**, o mesmo estará automaticamente inscrito na dívida ativa da união.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_  
(Local e data)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Servidor

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Usuário



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS \_\_\_\_\_

BIBLIOTECA \_\_\_\_\_

ANEXO IV – DA RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 07/2015

TERMO CIRCUNSTANCIADO ADMINISTRATIVO

1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR ENVOLVIDO

NOME		CPF
MATRÍCULA SIAPE	CARGO	
UNIDADE DE LOTAÇÃO	UNIDADE DE EXERCÍCIO	
E-MAIL	DDD/TELEFONE	

2. DADOS DA OCORRÊNCIA

<input type="checkbox"/> EXTRAVIO	ESPECIFICAÇÃO DO BEM ATINGIDO	Nº DO PATRIMÔNIO
<input type="checkbox"/> DANO		
DATA DA OCORRÊNCIA	LOCAL DA OCORRÊNCIA (LOGRADOURO, MUNICÍPIO, U.F.)	
DESCRIÇÃO DOS FATOS		
PREÇO DE MERCADO PARA AQUISIÇÃO OU REPARAÇÃO DO BEM ATINGIDO (R\$)	FONTES CONSULTADAS PARA OBTENÇÃO DO PREÇO DE MERCADO	

3. RESPONSÁVEL PELA LAVRATURA

NOME	MATRÍCULA SIAPE
FUNÇÃO	UNIDADE DE EXERCÍCIO
LOCAL / DATA	ASSINATURA

4. CIÊNCIA DO SERVIDOR ENVOLVIDO

Eu, _____, declaro-me ciente da descrição da ocorrência acima e de que me é facultado apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da presente data, manifestação escrita e/ou o ressarcimento ao erário correspondente ao prejuízo causado, bem como outros documentos que achar pertinentes.	
LOCAL	DATA / /
ASSINATURA	

## 5. PARECER DO RESPONSÁVEL PELA LAVRATURA

O servidor envolvido apresentou: MANIFESTAÇÃO ESCRITA ( ) SIM ( ) NÃO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO ( ) SIM ( ) NÃO ANÁLISE

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

ABERTURA DE PRAZO PARA EFETUAR O RESSARCIMENTO

*(preencher somente em caso de conduta culposa do servidor envolvido e de não ter ocorrido o ressarcimento no prazo concedido no item 4 acima)*

Em razão do exposto na análise acima, ofereço ao servidor envolvido a oportunidade de apresentar ressarcimento ao erário correspondente ao prejuízo causado, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da presente data, nos termos do art. 4º da IN CGU nº 04/2009.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE

ASSINATURA DO SERVIDOR ENVOLVIDO

DATA	/	/
------	---	---

## CONCLUSÃO

( ) O fato descrito acima que ocasionou o extravio/dano ao bem público indica a responsabilidade de pessoa jurídica decorrente de contrato celebrado com a Administração Pública, de modo que se recomenda o encaminhamento destes autos ao fiscal do contrato administrativo para que adote as providências necessárias ao ressarcimento do valor do bem extraviado/danificado, de acordo com a forma avençada no instrumento contratual e conforme a legislação pertinente.

( ) O fato descrito acima que ocasionou o extravio/dano ao bem público decorreu do uso regular deste e/ou de fatores que independeram da ação do agente, de modo que se recomenda o encerramento da presente apuração e o encaminhamento destes autos ao setor responsável pela gerência de bens e materiais para prosseguimento quanto aos demais controles patrimoniais internos.

( ) O extrativo/dano ao bem público descrito acima apresenta indícios de conduta dolosa do servidor público envolvido, de modo que se recomenda a apuração de responsabilidade funcional deste na forma definida pelo Título V da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

( ) O extravio/dano ao bem público descrito acima resultou de conduta culposa do servidor público envolvido, contudo este não realizou o adequado ressarcimento ao erário correspondente ao prejuízo causado, de modo que se recomenda a apuração de responsabilidade funcional deste na forma definida pelo Título V da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

( ) O extravio/dano ao bem público descrito acima resultou de conduta culposa do servidor público envolvido, contudo recomenda-se o arquivamento dos presentes autos em razão de o servidor ter promovido o adequado ressarcimento do prejuízo causado ao erário por meio de:

- ☐ Pagamento.
- ☐ Entrega de um bem de características iguais ou superiores ao danificado ou extraviado.
- ☐ Prestação de serviço que restituiu ao bem danificado as condições anteriores.

Diante do exposto e de acordo com o disposto no art. 2º, § 5º, da Instrução Normativa CGU nº 04, de 17 de fevereiro de 2009, concluo o presente Termo Circunstanciado Administrativo e remeto os autos para julgamento a ser proferido pelo(a) _____.	
NOME	MATRÍCULA SIAPE
LOCAL / DATA	ASSINATURA

#### 6. DECISÃO DO CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA

<input type="checkbox"/> ACOLHO a proposta elaborada ao final deste Termo Circunstanciado Administrativo. Encaminhem-se os presentes autos ao _____ para atendimento da recomendação feita. <input type="checkbox"/> REJEITO a proposta elaborada ao final deste Termo Circunstanciado Administrativo, conforme motivos expostos no despacho de fls. _____.	
NOME	MATRÍCULA SIAPE
LOCAL / DATA	ASSINATURA

Modelo aprovado pela Portaria CGU-CRG nº 513, de 05 de março de 2009.